

n.º 794/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, de 28 de Janeiro de 2005, que terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciado Júlio Ernesto Araújo Melo, subinspector-geral.
Vogais efectivos:

Licenciada Anabela dos Santos Afonso, subinspectora-geral.
Licenciado Júlio Manuel dos Mártires de Castro Lopo, inspector superior.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria da Assunção Semedo Carvalho, assessora.
Licenciado João Pedro Leite Ferreira, assessor.

Orientador do estágio — Licenciado Júlio Ernesto Araújo Melo, subinspector-geral.

10 de Janeiro de 2006. — A Inspectora-Geral, *Maria Paula Andrade*.

Despacho n.º 2393/2006 (2.ª série). — Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 11 de Janeiro de 2006:

Natalina Correia Chorincas dos Santos Marques, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais — nomeada na sequência de concurso interno de acesso limitado, na categoria de chefe de secção do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 2, índice 350, com efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

Despacho (extracto) n.º 2394/2006 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Janeiro de 2006 da Ministra da Cultura:

Dr.ª Clara Albino — nomeada vogal como representante do Ministério da Justiça na Comissão de Classificação de Espectáculos, ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 106-B/92, de 1 de Junho, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

18 de Janeiro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

Despacho (extracto) n.º 2395/2006 (2.ª série). — Por despacho da inspectora-geral das Actividades Culturais de 13 de Janeiro de 2006:

Susana Lopes Baltazar — autorizada a cessação, a seu pedido, do contrato administrativo de provimento, celebrado em 16 de Agosto de 2005, para estágio de ingresso na carreira de inspector-adjunto, com efeito à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Janeiro de 2006. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA

Despacho n.º 2396/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 11 de Janeiro de 2006:

José de Carvalho Mendes, motorista de ligeiros do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, posicionado no escalão 8, índice 248 — transferido, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006, para a mesma categoria do quadro de pessoal do Tribunal da Relação de Lisboa, passando a ser remunerado pelo mesmo escalão e índice. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Os encargos são suportados pelo Orçamento do Estado.)

11 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Luís Maria Vaz das Neves*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação n.º 119/2006. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 23 de Janeiro de 2006, que ratificou o despacho do seu presidente, de 10 de Janeiro de 2006:

Dr. João Beato Oliveira de Sousa, juiz desembargador em exercício de funções na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte — destacado, a tempo inteiro, para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Dr.ª Elsa Casimiro Pimentel Pereira Esteves, juíza desembargadora em exercício de funções na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte — destacada, a tempo inteiro, para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Dr.ª Ana Paula Soares Leite Martins Portela, juíza desembargadora em exercício de funções na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte — destacada para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul, mas a tempo parcial, sem prejuízo, portanto, das suas funções como titular naquele Tribunal Central Administrativo.

Dr. Rui Fernando Belfo Pereira, juiz desembargador em exercício de funções na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Norte — destacado, a tempo inteiro, para a Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

24 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Deliberação n.º 120/2006. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 23 de Janeiro de 2006:

Dr. Abel Ferreira Atanásio, juiz conselheiro, presidente dos Tribunais Administrativos e Fiscais de Loures e de Leiria — designado para exercer também as funções de presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

Dr. Jorge Manuel Lopes de Sousa, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo — designado para exercer funções de presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, continuando, porém, a integrar a referida Secção, de que é titular.

Dr. António Políbio Ferreira Henriques, juiz conselheiro da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo — designado para exercer as funções de presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, continuando, porém, a integrar a referida Secção, de que é titular.

(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Deliberação n.º 121/2006. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 23 de Janeiro de 2006, são reformulados os critérios de classificação das espécies de processos para o pleno da Secção de Contencioso Tributário do Supremo Tribunal Administrativo e reenumeradas as restantes espécies em função dessa alteração:

a) Secção de Contencioso Administrativo:

[...]

b) Pleno da mesma Secção:

[...]

c) Secção de Contencioso Tributário:

[...]

d) Pleno da mesma Secção:

- 1.ª espécie — recursos jurisdicionais;
- 2.ª espécie — recursos para uniformização de jurisprudência;
- 3.ª espécie — pronúncia em reenvio prejudicial;
- 4.ª espécie — outros processos;

e) Plenário:

[...]

24 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Deliberação n.º 122/2006. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 23 de Janeiro de 2006:

Dr.ª Maria Ivone Mendes Martins, juíza desembargadora em exercício de funções na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte — transferida, por permuta, para idêntico lugar do Tribunal Central Administrativo Sul.

Dr. Francisco António Pedrosa de Areal Rothes, juiz desembargador em exercício de funções na Secção de Contencioso Tributário do